

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



12
2020



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Bruna Soares de Aguiar

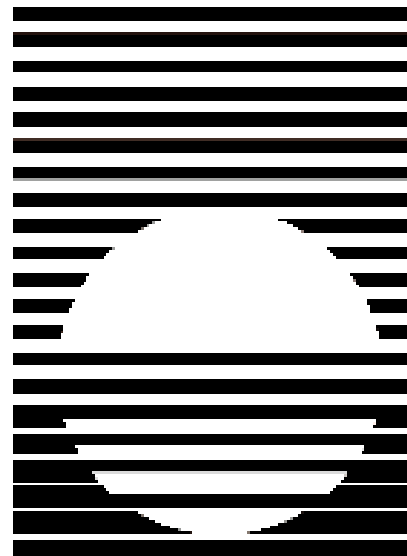
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Indicação de embaixador brasileiro para as Nações Unidas é rejeitada pelo Senado

Solicitações de refúgio no Brasil em 2020 tem queda de 76%
Decisões nos parlamentos da América Latina indicam importantes passos para agenda em Direitos Humanos

Página 05

Bolívia reconheceu pela primeira vez a união civil entre pessoas do mesmo sexo

Acadêmicos cubanos publicam carta aberta de repúdio à perseguição e demandam diálogo nacional

Página 06

Argentina legaliza o aborto e se soma à vanguarda pelo direito ao corpo das mulheres latino-americanas

Governo argentino destitui embaixador na China por não fechar acordo para compra de vacina

Página 07

Argentina, Bolívia e Venezuela firmam acordos com a Rússia pela vacina Sputnik V

Governo colombiano expulsou diplomatas russos sob suspeita de espionagem

Página 08

Eleições parlamentares na Venezuela são marcadas por alta abstenção e vitória do chavismo

AMLO faz balanço de seus dois anos à frente da presidência mexicana

Página 09

Morte do ex-presidente Tabaré Vázquez repercute na América Latina

Líderes mundiais apoiam o direito de protesto dos fazendeiros indianos em Deli

China e UE assinam acordo de investimentos sob queixas dos EUA



Indicação de embaixador brasileiro para as Nações Unidas é rejeitada pelo Senado

No dia 15 de dezembro de 2020, em um evento pouco comum na história política brasileira, o embaixador Fábio Mendes Marzano, indicado pelo chanceler Ernesto Araújo para chefiar a delegação brasileira na ONU, teve seu nome rejeitado pelo plenário do Senado. Dos 47 senadores presentes na sessão, 37 votaram contra e apenas 9 a favor da indicação de Marzano. A votação, secreta, contou com uma abstenção. A rejeição ocorreu após uma desavença no dia anterior com a senadora Kátia Abreu, do partido Progressistas (PP), durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN). Apesar de sua indicação ter sido aprovada por unanimidade nesta comissão, Marzano acabou desagradando a alguns parlamentares ao se recusar a responder uma pergunta feita pela senadora referente à questão ambiental no Brasil e suas implicações para as negociações do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Segundo Marzano, este assunto não seria de sua competência, uma vez que a delegação em Genebra não possui atribuições na seara ambiental. A atitude do embaixador repercutiu entre os senadores da oposição e do Partido Social Liberal (PSL), antigo partido do presidente Jair Bolsonaro. O senador Major Olímpio, outrora aliado do governo, exigiu respeito aos integrantes da Casa e pediu aos colegas para que votassem contra a indicação. A reação do Senado também foi vista como uma sinalização negativa à política externa conduzida por Araújo, já que, além de ser considerado próximo do chanceler, Marzano ocupa hoje a chefia da secretaria de Soberania Nacional e Cidadania do Ministério de Relações Exteriores, que trata de temas relacionados aos direitos humanos, meio ambiente e organismos multilaterais, como a ONU. Ou seja, é nessa secretaria que se concentram os principais temas da agenda conservadora preconizada pelo governo Bolsonaro. Em defesa de Marzano, a Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB/Sindical) criticou a decisão do Senado, afirmando que o embaixador atuou com cuidado e profissionalismo.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 15/12/2020; [CNN Brasil](#), 16/12/2020; [Folha de S. Paulo](#), 16/12/2020; [G1](#), 16/12/2020; [Estadão](#), 16/12/2020; [Estadão](#), 16/12/2020; [Estadão](#), 16/12/2020.

Solicitações de refúgio no Brasil em 2020 tem queda de 76%

No dia 23 de dezembro de 2020, mais de 100 mil processos de refúgio tiveram análise concluída pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), segundo informou o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Do total de processos analisados, 47.817 obtiveram o reconhecimento de refúgio pelo Comitê. Os cidadãos venezuelanos representam a quase totalidade dos pedidos, com 46.641 reconhecimentos. Foram indeferidos 7.375 processos, e cerca de 45 mil são casos que perderam o objeto, por falta de documentos ou outros requisitos que permitissem uma análise do pedido. O número total de solicitações em 2020 despencou se comparado com o de 2019. De março de 2020, mês em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia e o governo brasileiro fechou fronteiras terrestres, até novembro, foram feitos 14.265 pedidos de refúgio ao Brasil. Isso representa uma queda de 76,3% em relação às 60.343 solicitações registradas no Conare no mesmo período em 2019. Apesar da pandemia, da crise econômica e a desvalorização do câmbio, serem fatores determinantes nessa queda, o professor Leonardo Cavalcanti (UnB) atenta que projetos migratórios não cessam por causa desses fatores e que os fluxos são principalmente afetados quando existem portarias que limitam a entrada ou fecham as fronteiras por completo. Um exemplo é o caso do Afeganistão, onde 17 mil famílias afegãs, apesar da pandemia, têm fugido de suas casas na província de Kandahar desde outubro de 2020, devido à ataques talibãs em vários distritos adjacentes à cidade de Kandahar.

Fontes: [G1](#), 18/12/2020; [Agência Brasil](#), 23/12/2020; [Uol](#), 07/01/2021.

Decisões nos parlamentos da América Latina indicam importantes passos para agenda em Direitos Humanos

Em dezembro de 2020, Argentina e Bolívia aprovaram a criação de um imposto sobre grandes fortunas. Na Argentina a medida foi proposta pelo governo do presidente Alberto Fernández e teve sua aprovação na Câmara e no Senado, com promulgação lida pela

vice-presidenta Cristina Kirchner, no dia 4 de dezembro. O imposto será cobrado em contribuição única, cuja arrecadação será direcionada ao combate ao coronavírus e a recuperação econômica do período pós-pandemia. Na Bolívia a nova tributação se dará de forma anual e permanente, conforme lei sancionada pelo presidente Luis Arce, no dia 28 do mesmo mês, que busca minimizar desigualdades econômicas e melhorar a redistribuição de renda, através da taxação de fortunas superiores a 30 milhões de bolivianos. A questão da redistribuição de renda também é abarcada pela Lei de Restituição Efetiva do IVA, que devolve 5% do valor das compras feitas por bolivianos de renda média e baixa. Por outro lado, em medida sem precedentes na história do país, no dia 15, o Chile definiu reserva de 17 assentos para indígenas dentre as 155 cadeiras da Assembleia Constituinte, que já conta com decisão para que haja paridade de gênero. O país foi também o primeiro da América do Sul a iniciar a vacinação contra o coronavírus, seguindo pela Argentina.

Fontes: [El País](#), 06/12/2020; [O Globo](#), 16/12/2020; [Jornal GNN](#), 18/12/2020; [G1](#), 24/12/2020; [O Globo](#), 28/12/2020; [Brasil de Fato](#), 29/12/2020; [Uol](#), 29/12/2020; [TeleSur](#), 30/12/2020.

Bolívia reconheceu pela primeira vez a união civil entre pessoas do mesmo sexo

No dia 11 de dezembro de 2020, David Aruquipa e Guido Montañó, um casal homossexual boliviano que vinha tentando, desde 2018, registrar a união civil estável na justiça do país, conseguiu a liberação e tornou-se o primeiro casal LGBTQIA+ a ter o reconhecimento. Depois de mais de 11 anos juntos, os dois enfrentavam a justiça boliviana que não autorizava o reconhecimento, tendo em vista que o casamento entre pessoas do mesmo sexo não era aprovado no país. A justificativa usada pelo casal para conquistar o reconhecimento foi de que haveria uma violação dos direitos humanos internacionais, principalmente no que abarca a comunidade LGBTQIA+ e a incongruência da Constituição Boliviana de 2009 com o cumprimento desses valores de igualdade, preservação da diversidade e liberdade. Como veredicto, o Tribunal Constitucional do país observou que a Corte Interamericana de Direitos Humanos assinalou, ainda em 2017, um termo que atribuía aos Estados a obrigação de reconhecer os vínculos familiares de pessoas do

mesmo sexo e protegê-las. A Constituição Boliviana, que fora reescrita em 2009, durante o governo do ex-Presidente Evo Morales, apesar de ter tido apoio de movimentos sociais e indígenas na sua redação, não contemplava em seu texto constitucional o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A pressão de grupos de oposição e religiosos dificultaram a aprovação de medidas em benefício deste coletivo. A Carta proíbe e condena o preconceito, porém veta publicamente o casamento e a adoção. E, por mais que as leis protejam, as cidades bolivianas ainda são mergulhadas em LGBTfobia. Aruquipa, que também é militante e ativista na agenda LGBTQIA+, afirmou em uma entrevista que enxergava o reconhecimento de sua união estável com olhos esperançosos e que era um grande passo para pavimentar uma Bolívia mais inclusiva, diversa e menos preconceituosa.

Fontes: [Openlynews](#), 11/12/2020; [G1](#), 12/12/2020; [O Globo](#), 12/12/2020.

Acadêmicos cubanos publicam carta aberta de repúdio à perseguição e demandam diálogo nacional

No dia 6 de dezembro de 2020, dezenas de acadêmicos de dentro e fora de Cuba publicaram uma carta aberta de repúdio à perseguição realizada por parte do governo contra artistas e intelectuais. A carta pedia o fim da perseguição contra dissidentes políticos, repudiava atitudes antidemocráticas e pedia uma Cuba aberta, diversa e plural. A manifestação foi motivada pelo evento do dia 26 de novembro, em que autoridades cubanas invadiram a sede do Movimento San Isidro, em Havana, mantendo quinze pessoas sobre prisão por horas. O movimento é uma rede de artistas, jornalistas e ativistas, que surgiu em 2018 contra as restrições de liberdade impostas pelo governo de Miguel Díaz-Canel. Os membros do coletivo se mantiveram por dez dias em confinamento e greve de fome para exigir a libertação do rapper Denis Solís, que teve sua prisão decretada de oito meses por desacato às autoridades. No dia seguinte, mais de 300 pessoas se reuniram em frente ao Ministério da Cultura para pedir diálogo, liberdade de expressão e o fim das hostilidades contra dissidentes. Essa manifestação é a maior registrada desde 1959. O governo justificou a ação alegando que foi devido ao protocolo de saúde contra a pandemia, afirmou que o movimento é financiado pelos EUA, e comunicou o rompimento do diálogo após a exigência da presença

de 30 integrantes na reunião que contou com a participação da imprensa independente. A Anistia Internacional divulgou nota dizendo que membros do movimento estão sendo submetidos à vigilância quase permanente, não podendo sair de suas casas, sem contato com o mundo exterior, correndo o risco de serem presos, o que equivale à prisão domiciliar. A organização pede a libertação dos presos de consciência, o artista Luis Manuel Otero Alcántara e a acadêmica Anamely Ramos González. A ONG Human Rights Watch afirmou também que o governo cubano está utilizando a pandemia como justificativa para intensificar a repressão.

Fontes: [El País](#), 27/11/2020; [Anistia Internacional](#), 30/11/2020; [BBC](#), 04/12/2020; [Estadão](#), 04/12/2020; [CNN](#), 05/12/2020; [El País](#), 07/12/2020; [RFI](#), 08/12/2020; [La República](#), 17/12/2020.

Argentina legaliza o aborto e se soma à vanguarda pelo direito ao corpo das mulheres latino-americanas

No dia 11 de dezembro de 2020, a Câmara dos Deputados da Argentina aprovou a legalização da interrupção da gestação até a 14ª semana, com 131 votos a favor, 117 votos contra e seis abstenções. Durante as 20 horas de duração da sessão, pessoas contrárias e favoráveis à decisão se manifestaram fora do Congresso Nacional. Na madrugada do último dia 30, o Senado argentino também aprovou o projeto de lei com 38 votos a favor, 29 contra e 1 abstenção. Desde 1921, o aborto era permitido apenas nos casos de violação ou risco de vida para a mãe. A conquista do direito ao aborto legal e seguro se deveu às lutas feministas realizadas por todo o país nos últimos anos, conhecidas como “Maré Verde”. Com a nova legislação, o país se junta a Uruguai, Cuba, Guiana e Guiana Francesa na vanguarda dos direitos humanos das mulheres na América Latina. No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro e seu filho Eduardo adotaram um tom reacionário e publicaram uma mensagem no Twitter rechaçando a conquista argentina e classificando-a como “assassinato de bebês”. As declarações tensionam ainda mais a relação entre Brasil e Argentina. Na Cidade do México, capital mexicana, também é possível realizar o aborto legal desde 2007 até a 12ª semana de gestação. Notícia publicada pelo jornal [Página 12](#), no dia 17 de dezembro, mostrou que, durante esse período, foram realizados 200 mil procedimentos e nenhuma mulher foi morta. Além disso, a

partir de 2013, o número de mulheres que abortaram foi decrescente com o passar dos anos, tendência que também ocorreu em outros países onde o aborto foi legalizado.

Fontes: [Clarín](#), 11/12/2020; [Página 12](#), 17/12/2020; [El País](#), 30/12/2020; [Carta Capital](#), 31/12/2020.

Governo argentino destituiu embaixador na China por não fechar acordo para compra de vacina

Em dezembro de 2020, o governo argentino decidiu destituir Luis María Kreckler, que ocupava o cargo de embaixador na China. De acordo com o [La Nación](#) e o [Clarín](#), o motivo principal foi o fracasso nas negociações com o governo chinês para comprar doses das vacinas fabricadas pelo país, o que foi relacionado à decisão do embaixador de tirar férias em meio às transações. Para além disso, a imprensa relatou que o então embaixador não reportava seus movimentos para fechar as negociações aos seus superiores na Chancelaria. Kreckler, que estava no cargo desde agosto de 2020, negou estar de férias. O Ministério das Relações Exteriores já vinha negociando, em parceria com o Ministério da Saúde, com empresas privadas e com os governos da Rússia e da China nas semanas anteriores ao ocorrido. A vacina russa, inclusive, chegou em território argentino em dezembro, enquanto as negociações com a Sinopharm estão paradas. Em 25 de dezembro, o ex-embaixador da Argentina na China do governo de Mauricio Macri, Diego Guelar, afirmou que a destituição de Kreckler foi uma forma de “encontrar um bode expiatório” para o fracasso da administração de Alberto Fernández nas negociações, e que reflete uma “falta de consistência” do governo em matéria de política exterior. No mesmo dia, o ex-vice-presidente do governo Menem e ex-chanceler durante do governo interino de Eduardo Duhalde, Carlos Ruckauf, também criticou a decisão do governo, afirmando que esta poderia prejudicar as relações bilaterais com um importante parceiro, a China. O governo argentino nomeou no final de dezembro Sabino Vaca Narvaja, que era o representante especial para a promoção do comércio e de investimentos em Pequim, como novo representante do país na embaixada.

Fontes: [La Nación](#), 24/12/2020; [La Nación](#), 25/12/2020; [Perfil](#), 25/12/2020; [Infobae](#), 28/12/2020; [Clarín](#), 29/12/2020.

Argentina, Bolívia e Venezuela firmam acordos com a Rússia pela vacina Sputnik V

No dia 29 de dezembro, a Argentina iniciou a vacinação nacional contra a Covid-19. Voluntária e voltada para profissionais da saúde, a primeira fase começou de maneira simultânea em todo o país, com 300 mil doses da vacina russa Sputnik V. Este primeiro momento de vacinação não inclui pessoas acima de 60 anos, pois os dados de testes para este grupo etário ainda não foram fornecidos, o que tem levantado críticas de alguns setores, principalmente de opositores do governo. Como forma de tranquilizar a população, Axel Kicillof, governador da província de Buenos Aires, foi vacinado ainda no dia 29. A Argentina segue negociando a utilização de outras vacinas, tendo já aprovado também o uso emergencial das vacinas produzidas pela Pfizer/BioNTech e pela AstraZeneca/Oxford. Já no dia 30 de dezembro de 2020, o governo da Bolívia, liderado pelo presidente Luis Arce, assinou acordo com a Rússia para receber, até maio de 2021, 5.2 milhões de doses da vacina Sputnik V. Luis Arce agradeceu a ajuda do México e da Argentina na negociação com a Rússia e anunciou que preferiu comprar direto da fonte, “sem intermediários”. A assinatura contou com a presença de Arce, de Edgar Pozo, Ministro da Saúde, e Kiril Dmitriev, executivo do Fundo Russo de Investimento Direto. O plano boliviano de vacinação será público e gratuito, mas não obrigatório. As doses complementarão outras que serão compradas pelo país por meio da Covax, coalizão lançada pela Organização Mundial da Saúde, de acordo com o presidente. Outro país a investir no imunizante russo foi a Venezuela. O acordo entre os dois países foi anunciado no dia 29 de dezembro pelo presidente Nicolás Maduro e prevê a imunização de pelo menos 10 milhões de venezuelanos de forma gratuita. Vale lembrar que a Venezuela foi o primeiro país latino-americano a receber um carregamento da Sputnik V, ainda em outubro de 2020, para participar da fase de testes da vacina.

Fontes: [Página 12](#), 16/12/20; [CNN Brasil](#), 29/12/2020; [France 24](#), 29/12/20; [La Razón](#), 29/12/20; [Correio do Povo](#), 30/12/20; [El Comercio](#), 30/12/20; [El Nacional](#), 30/12/20.

Governo colombiano expulsou diplomatas russos sob suspeita de espionagem

No mês de dezembro, as relações da Colômbia com a Rússia foram tensionadas por suspeita de espionagem em território colombiano. No dia 22, a imprensa reportou que fontes oficiais do governo confirmaram que dois funcionários russos, Alexander Paristov e Alexander Belousov, foram expulsos no dia 8 de dezembro do país sob suspeita de estarem desenvolvendo ações de espionagem, reunindo informação sobre a exploração de recursos naturais na Colômbia, que poderiam afetar as vendas de gás da Rússia para países europeus. O governo alegou que os dois estavam exercendo atividades incompatíveis com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. O jornal *El Tiempo* divulgou que teve acesso a um documento secreto do governo em que o presidente Iván Duque enviava informações sobre essas suspeitas ao embaixador da Colômbia na Rússia, Alfonso López Caballero. A Direção Nacional de Inteligência (DNI) colombiana obteve informações junto a agentes britânicos e estadunidenses de que mensagens criptografadas estavam sendo enviadas por funcionários russos lotados no país para o Kremlin, contendo dados sensíveis sobre empresas privadas e estatais do setor energético. A DNI reportou que os funcionários eram membros do Serviço de Inteligência Estrangeira (SVR) e do Serviço de Inteligência Militar da Rússia (GRU) e que tinham estabelecido uma rede de informantes de nacionalidade colombiana. Em resposta, o governo russo ordenou que dois funcionários da Embaixada da Colômbia em Moscou abandonassem o país, agindo em reciprocidade. Ademais, criticou o governo colombiano e qualificou como infundadas as acusações de espionagem, entregando uma nota de protesto ao Embaixador López Caballero. Apesar da tensão nas relações bilaterais, ambos os governos reforçaram que buscarão manter um bom nível no relacionamento, que tradicionalmente é marcado por cooperação. Congressistas colombianos solicitaram que o caso fosse discutido na Comissão Assessora de Relações Exteriores (CARE), o que até o momento não foi encaminhado pelo governo.

Fontes: [El Tiempo](#), 22/12/2020; [Semana](#), 23/12/2020; [The Moscow Times](#), 23/12/2020; [El Tiempo](#), 23/12/2020; [El País](#), 24/12/2020; [El Espectador](#), 24/12/2020.

Eleições parlamentares na Venezuela são marcadas por alta abstenção e vitória do chavismo

Em 6 de dezembro de 2020, ocorreram eleições parlamentares na Venezuela. O pleito vinha sendo questionado por setores da oposição, que optaram por não participar da disputa, alegando ausência de condições para a realização de uma votação livre e justa. Segundo dados do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), a taxa de abstenção foi de 70%, e o resultado da votação foi a retomada do controle da Assembleia Nacional pelos deputados chavistas, com a conquista de 253 dos 277 assentos disponíveis. A oposição liderada por Juan Guaidó organizou uma consulta popular paralela entre os dias 7 e 12 de dezembro, que teve como resultado o rechaço às eleições parlamentares e o apoio à retirada de Nicolás Maduro da presidência. A adesão da população à essa consulta, assim como ao pleito do dia 6, foi pequena. Apesar da decisão da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União Europeia (UE) de não acompanhar as eleições, o pleito contou com diversos observadores internacionais, como os ex-presidentes Evo Morales, da Bolívia, Rafael Correa, do Equador, e Fernando Lugo, do Paraguai. Estes, assim como os governos da Rússia e de Cuba, reconheceram o resultado da votação. Já EUA, Brasil, Colômbia e a UE classificaram o processo eleitoral como fraudulento. No dia 9 de dezembro, a OEA aprovou uma resolução, proposta pelo Brasil, em que não reconhece a legitimidade do pleito e classifica o governo de Maduro como uma ditadura. Por fim, em 26 de dezembro, os deputados da Assembleia Nacional que boicotaram as eleições parlamentares aprovaram uma reforma do Estatuto de Transição Democrática. Com isso, seus mandatos, que acabariam no dia 5 de janeiro de 2021, foram estendidos por mais um ano.

Fontes: [Estadão](#), 06/12/2020; [El País](#), 07/12/2020; [O Globo](#), 07/12/2020; [Efecto Cocuyo](#), 07/12/2020; [El Universal](#), 07/12/2020; [El Nacional](#), 08/12/2020; [O Globo](#), 09/12/2020; [El Nacional](#), 09/12/2020; [El País](#), 27/12/2020.

AMLO faz balanço de seus dois anos à frente da presidência mexicana

No dia 1º de dezembro de 2020, López Obrador completou dois anos como presidente do México. Em razão da data, o mandatário emitiu o segundo informe de seu governo, ressaltando que já cumpriu 97 das 100 metas que estabeleceu em 2018, quando foi eleito. De acordo com o presidente, as três metas pendentes são: a solução do caso do desaparecimento de 43 estudantes em Ayotzinapa, o desenvolvimento de energias renováveis e a descentralização do governo federal. Em seu comunicado, AMLO sublinhou também que possui elevado índice de aprovação entre a população mexicana e que os crimes que são da alçada jurídica federal diminuíram cerca de 30% no ano de 2020, sendo que, dos 11 delitos de “alto impacto”, oito apresentaram diminuição. No entanto, reconheceu o crescimento do homicídio doloso, feminicídio e extorsão. Outro ponto de destaque durante os primeiros anos do governo foi a atuação do chanceler Marcelo Ebrard, principalmente no processo de negociação da vacina para a Covid-19. O México faz parte do mecanismo multilateral Covax, e também tem acordos com a CanSino, Pfizer e AstraZeneca. Também no dia 1º de dezembro, o partido de AMLO, Movimiento Regeneración Nacional (Morena), promoveu um fórum virtual, “Los retos del postneoliberalismo”, do qual participaram diversas figuras importantes da esquerda mexicana e de outros países, como o ex-presidente uruguaio, Pepe Mujica, o ex-presidente do Equador, Rafael Correa, e o da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, que felicitaram AMLO pelos dois anos à frente do país. Na ocasião, o líder do Morena, Mario Delgado, declarou que, em sua opinião, com AMLO o sonho de Simón Bolívar e Che Guevara de uma América Latina unida está mais vivo do que nunca.

Fontes: [Milenio](#), 01/12/2020; [France 24](#), 01/12/2020; [Infobae](#), 02/12/2020; [Mexico AS](#), 02/12/2020.

Morte do ex-presidente Tabaré Vázquez repercute na América Latina

No dia 6 de dezembro de 2020 faleceu o ex-presidente do Uruguai Tabaré Vázquez, em decorrência de um câncer no pulmão, diagnosticado em julho de 2019, quando ele ainda exercia o cargo de presidente. Embora a família do ex-presidente tenha optado em não realizar o velório em virtude dos protocolos sanitários decretados pelo governo para combater a Covid-19, milhares de uruguaios saíram às ruas para acompanhar o cortejo fúnebre. A morte de Tabaré Vázquez teve grande repercussão no Uruguai e entre líderes latino-americanos. O atual presidente uruguaio, Luis Lacalle Pou, disse que Vázquez enfrentou sua última batalha com serenidade e coragem, e que ele havia sido o “presidente dos uruguaios”. José Mujica, outro ex-presidente do país, também lamentou a morte, afirmando que a melhor forma de lembrar de Vázquez seria lutando por suas bandeiras. O presidente da Argentina, Alberto Fernández, escreveu mensagem nas redes sociais destacando que Vázquez tinha sido fiel a suas convicções e permitiu que o progressismo chegasse ao governo do Uruguai. Os presidentes da Venezuela, do Paraguai e da Bolívia, respectivamente, Nicolás Maduro, Mario Abdo Benítez e Luis Arce, também lamentaram o falecimento de Vázquez. Alguns ex-presidentes da região também se manifestaram. Lula divulgou uma nota salientando que Vázquez deixa um legado de democracia e avanços sociais no Uruguai e que ele era um amigo do Brasil. Evo Morales, ex-presidente da Bolívia, expressou solidariedade, e Mauricio Macri, ex-presidente da Argentina, disse que Vázquez foi um líder honesto que estreitou laços com a Argentina e com o Mercosul. O governo brasileiro prestou condolências por meio de uma nota divulgada pelo Itamaraty.

Fontes: [El País](#), 06/12/2020; [Folha de S.Paulo](#), 06/12/2020; [El Observador](#), 06/12/2020; [El Observador](#), 06/12/2020; [UOL Notícias](#), 06/12/2020; [Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#), 06/12/2020.

Líderes mundiais apoiam o direito de protesto dos fazendeiros indianos em Deli

No dia 6 de dezembro de 2020, 35 parlamentares do Reino Unido declararam apoio ao direito dos fazendeiros indianos de protestarem contra reformas

agrícolas capitaneadas pelo governo do Primeiro Ministro Narendra Modi, que alegavam que a nova legislação favorece uma agricultura corporativa e acaba com as formas tradicionais de produção. Outro aspecto crucial em disputa é a permanência da política de preço mínimo pago aos agricultores pela produção. Por sua vez, o governo indiano afirma que as leis foram resultado de um longo processo de negociação, que as reformas visam os interesses dos produtores rurais e a modernização da agricultura indiana e que a oposição manipula informações sobre a legislação para criar tensão política. Além de criticarem a repressão aos protestos, os membros do parlamento britânico - muitos de origem indiana - questionaram o impacto das novas leis agrícolas para os fazendeiros, ressaltando que 92% da população Sikh no Reino Unido possui conexões com propriedades agrícolas na Índia. O posicionamento dos legisladores britânicos veio se somar ao apoio dado pelo Primeiro-Ministro Canadense, Justin Trudeau, e seu Ministro da Defesa, Harjit Sajjan. No dia 30 de novembro, Trudeau e Sajjan declararam que o Canadá sempre defenderá o direito dos indivíduos de protestarem pacificamente. Nos EUA, no dia 23 de dezembro, sete congressistas solicitaram ao Secretário de Estado, Mike Pompeo, que relembresse ao Ministro das Relações Exteriores indiano sobre o compromisso americano com a liberdade de expressão no mundo e que os protestos no país têm consequências na comunidade Indo-americana. Em resposta aos comentários de Trudeau, o governo Indiano convocou, no dia 4 de dezembro, o representante do país e informou que novos comentários podem causar sérios danos às relações bilaterais. Já em relação às falas de outros líderes, o Ministério das Relações Exteriores da Índia afirmou que tais comentários constituem uma interferência inaceitável em assuntos internos do país.

Fontes: [Business Today](#), 04/12/2020; [Business Today](#), 05/12/2020; [Telegraph India](#), 06/12/2020; [Telegraph India](#), 06/12/2020; [Business Today](#), 06/12/2020; [The Hindu](#), 09/12/2020; [Telegraph India](#), 09/12/2020; [The Hindu](#), 09/12/2020; [Telegraph India](#), 26/12/2020

China e UE assinam acordo de investimentos sob queixas dos EUA

No dia 30 de dezembro de 2020, líderes chineses e da União Europeia (UE) anunciaram a conclusão das negociações sobre o Acordo Global de Investimentos China-UE. O bloco europeu enxerga o acordo como a possibilidade de atingir um maior equilíbrio nas

relações comerciais, uma vez que, na perspectiva deles, a UE tem sido mais aberta ao investimento estrangeiro do que o país asiático. A diretora jurídica do Ministério do Comércio da China, Li Yongsha, afirmou que os mercados chineses no setor de manufaturas, veículos elétricos, telecomunicações e saúde privada tornar-se-ão mais acessíveis para fornecedores europeus em decorrência do acordo. Essa aproximação tem um peso político considerável, pois demonstra que China e UE buscam consensos em matérias comerciais — assim como já haviam alcançado em questões ambientais — a despeito de tensões diplomáticas causadas pelo tratamento conferido à minoria uigur na província chinesa de Xinjiang e ao movimento opositor na região de Hong Kong e consequentes críticas europeias. Enquanto a Europa sinaliza uma aproximação com a potência asiática, os Estados Unidos, tradicional aliado europeu, teceu queixas públicas ao movimento. Jake Sullivan, apontado como conselheiro de segurança nacional pelo presidente eleito Joe Biden, afirmou que a nova administração estadunidense acolheria consultas de seus parceiros europeus sobre suas preocupações comuns acerca das práticas econômicas da China. Ainda que o bloco europeu esteja propenso a cooperar com o futuro governo Biden, a assinatura do acordo abrangente de investimentos com a China ilustra a posição de autonomia estratégica tomada pela UE após anos de ceticismo nas relações atlânticas.

Fontes: [Financial Times](#), 22/12/2020; [The Guardian](#), 29/12/2020; [Público](#), 30/12/2020; [South China Morning Post](#), 10/01/2021; [China Radio Internacional](#), 11/01/2021.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

